

# DATA LUTA



## BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.  
Presidente Prudente, setembro de 2009, número 21. ISSN 2177-4463.

[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

### ARTIGO DATA LUTA

**Disputa territorial no Pontal do Paranapanema: territorialização da cana-de-açúcar e dos assentamentos de reforma agrária**

### ARTIGO DO MÊS

**Inovações tecnológicas na produção de agrocombustíveis: base do império das fontes de energia renovável**

[www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php](http://www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php)

### EVENTOS

VIII Encontro Nacional da ANPEGE

Curitiba, CCC - Centro de Convenções de Curitiba, 28 de setembro a 02 de outubro de 2009

XXIII Asamblea General Ordinaria de CLACSO - V Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales

Cochabamba - Bolívia, 7 a 10 de outubro de 2009

V SINGA – Simpósio Nacional de Geografia Agrária

Niterói, Instituto de Geociência/UFF, 29 de outubro a 02 de novembro de 2009

XXI Congresso de Iniciação Científica

São José do Rio Preto, IBILCE/UNESP, 03 a 07 de novembro de 2009

### PUBLICAÇÃO



**La tierra es nuestra tuya y de aquel... La disputa por el territorio en América Latina**

*Cordenadores: Norma Giarracca e Miguel Teubal*

Este livro nos aproxima das vozes de indígenas e camponeses de importantes movimentos socioterritoriais como o MST, os movimentos camponeses e indígenas do Chiapas, Atenco, Oaxaca do México e também da Guatemala, Venezuela e as vozes do MOCASE, a UTS de Mendoza e dos povos Mapuches da Patagônia da Argentina. Nestas vozes estão a essência da questão agrária de cada país e conclui com um artigo que analisa os processos atuais deste problema.

APOIO



Elaborado por Tomás Sombini Druzian e Herivelto Fernandes Rocha. Pesquisadores do NERA – Bolsistas Ciência na UNESP.  
Coordenação: Francilane Eulália de Souza

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

## DISPUTA TERRITORIAL NO PONTAL DO PARANAPANEMA: TERRITORIALIZAÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR E DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

**Elieni Constantino Gonçalves**

Pesquisador do NERA

[naiprudente@yahoo.com.br](mailto:naiprudente@yahoo.com.br)

Na década de 1970 com a criação do programa “Bases para um Plano de Desenvolvimento do Oeste do Estado de São Paulo – PRÓOESTE” no começo da implantação do PRÓALCOOL, o governo brasileiro tentou integrar as regiões do oeste do estado na produção de cana-de-açúcar. Desta época até a primeira década deste século, as políticas destinadas ao setor sucroalcooleiro mudaram de protagonista principal. A participação do Estado foi minimizada enquanto a do agronegócio foi ampliada. Desde 2003 ocorreu um aumento expressivo da área plantada de cana-de-açúcar nessas regiões, ultrapassando áreas de regiões tradicionais como as centrais e norte do estado. Isso ocorreu por causa do plano do governo para o setor sucroalcooleiro elevando o índice de álcool na gasolina e incentivo para a produção de uma frota *flexfuel*<sup>1</sup> visando diminuir a dependência do petróleo.

O aumento da demanda impulsionou a expansão da produção de cana-de-açúcar em todo o Brasil, principalmente nos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais que apresentaram os maiores crescimentos percentuais. São Paulo manteve-se com a maior área plantada substituindo áreas de pastagens por cana-de-açúcar, sobretudo nas regiões de Araçatuba, São José do Rio Preto e Presidente Prudente.

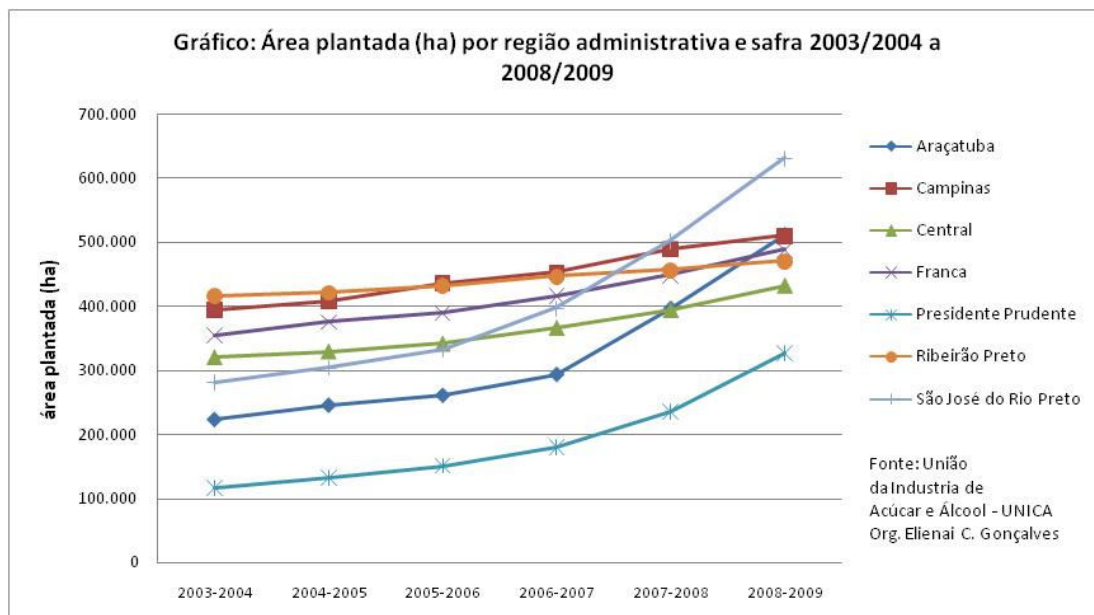
Nota-se na tabela e gráfico a seguir que as regiões administrativas tradicionais do setor sucroalcooleiro como Ribeirão Preto, Central e Campinas foram ultrapassadas em relação a área plantada, pelas regiões de Araçatuba e São José do Rio Preto. Essas regiões juntamente com a de Presidente Prudente foram as que mais aumentaram a área plantada em valores absolutos durante as safras 2003/2004 – 2008/2009.

**Tabela – Área plantada (ha) por Região Administrativa e por safra 2003/2004 a 2008/2009**

Região Administrativa	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009
Araçatuba	224.483	246.895	262.278	294.830	397.915	512.603
Barretos	219.826	236.329	261.661	295.766	333.037	385.591
Bauru	299.799	314.488	329.911	353.225	422.091	474.151
Campinas	393.862	408.429	436.434	453.052	489.618	511.023
Central	320.410	329.345	341.649	366.443	394.313	432.312
Franca	355.024	376.335	390.467	417.093	449.431	489.061
Marília	241.325	253.262	266.290	289.144	360.020	405.879
Presidente Prudente	116.681	133.281	151.382	179.796	235.155	327.087
Ribeirão Preto	416.882	422.110	433.387	447.351	457.315	471.440
São José do Rio Preto	280.693	303.658	331.878	396.945	502.555	632.039
Sorocaba	133.691	141.255	159.367	167.510	208.472	232.754
<b>TOTAL</b>	<b>3.002.676</b>	<b>3.165.387</b>	<b>3.364.704</b>	<b>3.661.155</b>	<b>4.249.922</b>	<b>4.873.940</b>

Fonte: União da Indústria de Cana-de-açúcar – UNICA – Org. Elieni Constantino Gonçalves

<sup>1</sup> Em 2007, 88% dos veículos da frota saíram das fábricas com a tecnologia *flex*, enquanto somente 12% a gasolina.



A região administrativa de Presidente Prudente na safra 2003/2004 contabilizava 116.681 hectares e na safra 2008/2009 aumentou para 327.087, com aumento de 210.406 hectares ou 180%. A região do Pontal do Paranapanema, constituída por parte dos municípios da região administrativa de Presidente Prudente, aumentou quase 200%, ou de 71.095 para 208.953 hectares.

A expectativa do setor sucroalcooleiro na região é de crescimento. Em julho de 2007 o grupo Odebrecht comprou 85% da Destilaria Alcídia (criada em 1975), a mais antiga da região, por 290 milhões de reais, e construiu outra unidade em Mirante do Paranapanema: a Usina “*Conquista do Pontal*”. O Plano da empresa é a construção de mais duas novas unidades, uma em Euclides da Cunha e outra em Presidente Epitácio, visando colocá-las em funcionamento em 2010 e 2011 respectivamente. Segundo a ETH Bionergia S/A, empresa do grupo Odebrecht responsável pelo setor, a expectativa é alcançar em 2015 a produção de 15 milhões de tonelada de cana-de-açúcar por ano. A Odebrecht tem um plano para tornar o Pontal do Paranapanema em um de seus três pólos produtivos, os outros dois estão no Estado do Mato Grosso do Sul e Goiás<sup>2</sup>.

O Pontal do Paranapanema possui o maior potencial para a expansão do plantio de cana-de-açúcar do Estado de São Paulo. A região é formada por terras griladas e o conflito fundiário se arrasta por mais de um século. Por essa razão, a região - então dominada por latifúndios com pastos degradados - está sendo incorporada pelo agronegócio que os substituiu pela cana-de-açúcar. Estas terras de conflitos entre grileiros e sem-terra passam a ser disputadas pelos movimentos camponeses e o agronegócio sucroalcooleiro.

Esta nova realidade está colocando em questão as políticas de desenvolvimentos territoriais para a região que estava baseada na pecuária de corte em latifúndios grilados e a produção agrícola e pecuária leiteira nos assentamentos de reforma agrária e nas unidades camponesas convencionais. Segundo o relatório DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra<sup>3</sup>, a região possui 109 assentamentos rurais, onde estão assentadas 5.746 famílias em uma área de 140.237 hectares. A territorialização da cana-de-açúcar e dos assentamentos começou nas décadas de 1970 e 1980. Em 2003, a área dos assentamentos era de 127.438 hectares e a da área da cana-de-açúcar de 71.095. Em 2008, a área dos assentamentos era

<sup>2</sup> www.eth.com

<sup>3</sup> www.fct.unesp.br/nera

de 140.237 hectares e a da área da cana-de-açúcar de 208.953. Neste período, a área dos assentamentos aumentou 9%, enquanto a expansão da área de cana-de-açúcar foi 200%. Estes dados revelam o refluxo da política de reforma agrária e a dinamização da política de produção de cana-de-açúcar.

O desafio dos movimentos camponeses é o desenvolvimento e autonomia desses territórios que foram conquistados no processo de luta pela terra e pela reforma agrária, que ocorreu – inclusive sobre o território da cana. O avanço da cana-de-açúcar tem ocorrido sobre o território dos latifúndios, todavia há alguns assentamentos produzindo cana-de-açúcar, expressando a territorialidade do agronegócio em território camponês. Com essas mudanças, formam-se novos cenários da questão agrária do Pontal: o território do latifúndio está sendo convertido em território do agronegócio, que avança na disputa deste território com os movimentos camponeses. Esta questão pode se acirrar com a possibilidade do agronegócio da cana ampliar sua territorialidade ou desterritorializar os assentamentos do Pontal. Na correlação de forças entre estes modelos de desenvolvimento, a reforma agrária poderá ser ampliada e ocorrer a expansão dos territórios dos assentamentos com políticas de desenvolvimento para a agricultura camponesa.